



# CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI - PR

Rua Dr. Correia, 139 - Fone/Fax: (42) 3423-2344  
CEP 84500-000 - Irati - PR

## **PARECER DA ASSESSORIA JURÍDICA**

**Objeto: Parecer sobre o Projeto de Lei nº 003/2022, que “Regulamenta a atividade de agentes de reciclagem - Associações e Cooperativas, bem como os incentivos fiscais à cooperativas, e dá outras providências.”**

Vistos, etc.

Foi recebida, por esta Assessoria, solicitação oriunda da Presidência do Legislativo para a elaboração de parecer sobre o projeto de lei em epígrafe, a teor do disposto no art. 56 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Trata-se de projeto de lei atinente a regulamentação da atividade de agentes de reciclagem – Associações e Cooperativas, bem como incentivos fiscais à Cooperativas.

É o sucinto relatório.

## **FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

O presente projeto foi analisado em seus aspectos regimentais, legais e constitucionais.

Extraí-se da proposição que o Poder Executivo Municipal pretende regulamentar a atividade desenvolvida pelos agentes de reciclagem, assim considerados aqueles que estando inseridos na organização, catam, coletam, selecionam e vendem materiais recicláveis, como papel, papelão, vidro, materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis.

Sobre o tema, o art. 30, II da Constituição Federal prevê a competência legislativa dos Municípios, de suplementar a legislação estadual e federal.



## CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI - PR

Rua Dr. Correia, 139 - Fone/Fax: (42) 3423-2344  
CEP 84500-000 - Irati - PR

Sobre o tema, a lei nº 12.305/2010, instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e prevê que cabe aos Municípios a gestão integrada dos resíduos sólidos. Referida Lei federal foi regulamentada pelo Decreto nº 10.936/2022 sendo que no art. 37 foi estabelecido que os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos definirão programas e ações para participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. Senão vejamos:

**Art. 37. Os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos definirão programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda.**

Sendo assim, o Projeto de Lei prevê em seu art. 5º que *“Estarão habilitadas a coletar os resíduos recicláveis descartados no Município de Irati as associações, cooperativas, e empresas que atenderem aos seguintes requisitos:*

*I - Possuam infraestrutura para realizar a triagem e a classificação dos resíduos recicláveis de maneira que sejam acondicionados de forma higiênica sanitária e não estejam expostos a ações climáticas, sendo no armazenamento, triagem ou destinação final;*

*II - Todas as entidades colaboradoras deverão apresentar documentação de regularização contendo autorizações dos órgãos competentes de acordo com as atividades exercidas e legislações vigentes:*

Segundo a justificativa apresentada pelo proponente, *“O presente projeto de Lei atende as solicitações e sugestões propostas pela sociedade e também pelas cooperativas, associações, bem como empresas privadas que têm passado por diversas dificuldades em relação à coleta de materiais recicláveis. Para*



## CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI - PR

Rua Dr. Correia, 139 - Fone/Fax: (42) 3423-2344  
CEP 84500-000 - Irati - PR

*além de uma classificação objetiva acerca dos materiais coletados, a proposta de regulamentação prevê os auxílios necessários às associações e cooperativas, e, ainda, a possibilidade de sanção em casos de descumprimento da normativa. Tal projeto de lei é de extrema importância, uma vez que viabiliza a fiscalização municipal acerca da coleta de recicláveis realizada por terceiros, prevenindo situações de conflito e também casos que possam colocar em risco a saúde pública municipal.”*

No tocante a iniciativa da proposição, elucida-se que o art. 52, I da Lei Orgânica Municipal prevê que a iniciativa dos projetos de Lei cabe ao Prefeito Municipal; ao Vereador; e à Mesa Executiva da Câmara.

Neste contexto, esta Assessoria Jurídica opina no sentido de que a proposição preenche os requisitos legais e constitucionais e está apta a ser apreciada pelo Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Irati/PR, 22 de fevereiro de 2022.

**EDUARDO FREIRE GAMEIRO ZANICOTTI**

Assessor Jurídico (OAB/PR nº 55.190)